



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS
E GOVERNANÇA CORPORATIVA

2019

ANO BASE - 2018



Sumário

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa	2
Identificação Geral	2
Políticas Públicas e Governança Corporativa	3
1. Interesse Público Subjacente às Atividades Empresariais.....	3
2. Políticas Públicas e Metas Relativas ao Desenvolvimento de Atividades que Atendam aos Objetivos de Políticas Públicas.....	4
2.1. Crédito Rural.....	4
2.2. Crédito para Investimento e Desenvolvimento.....	5
2.3. Microcrédito.....	5
2.4. Crédito Imobiliário.....	6
2.5. Crédito para Comércio Exterior.....	6
2.6. Livre Iniciativa.....	7
3. Impostos, Contribuições e Encargos Sociais.....	8
4. Recursos para Custeio das Políticas Públicas.....	8
5. Impactos Econômico-financeiros da Operacionalização das Políticas Públicas.....	9
6. Comentário dos Administradores sobre o Desempenho.....	9
7. Estrutura de Controle Interno e Gerenciamento de Risco.....	10
7.1. Código de Ética.....	11
7.2. Canal de Denúncia.....	13
8. Fatores de Risco.....	14
9. Remuneração dos Administradores.....	14
10. Composição Acionária.....	15
Manifestação do Conselho de Administração	16

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

Em conformidade com o art. 8º, inciso I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2018.

Identificação Geral

CNPJ	28.127.603/0001-78 NIRE 32300000703
Sede	Vitória/ES
Tipo de Estatal	Sociedade de Economia Mista
Acionista controlador	Governo do Estado do Espírito Santo
Tipo Societário	Sociedade Anônima
Tipo de Capital	Aberto
Abrangência de Atuação	Regional
Setor de Atuação	Financeiro
Diretor de Relações com Investidores e de Finanças	Fernando Poncio Paiva (27) 3383-1538 dirif@banestes.com.br
Auditores Independentes	Paulo Rodrigo Pecht PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (11) 3674-2478 paulo.pecht@br.pwc.com
Conselheiros de Administração subscritores desta Carta Anual:	Estanislau Kostka Stein 364.792.097-53 Andreia Pereira Carvalho 045.948.377-35 João Felício Scárdua 002.028.431-49 Marcos Antonio Bragatto 796.841.577-20 Michel Neves Sarkis 950.392.367-00 Nilson Elias Tristão 761.560.287-49 Pedro Marcelo Cezar Guimarães 044.571.638-05 Réveles Belarmino dos Santos 719.219.827-72 Sérgio Pereira Ricardo 732.155.627-15
Administradores subscritores desta Carta Anual:	José Amarildo Casagrande 730.368.627-49 Fernando Poncio Paiva 876.076.547-04

Data da Divulgação: 25.06.2019

Políticas Públicas e Governança Corporativa

A Lei 13.303/16, em seu art. 8º, inciso I, III e VIII, exige a elaboração de “carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela empresa pública, pela sociedade de economia mista e por suas subsidiárias, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos”; e de “carta anual de governança corporativa, que consolide em um único documento escrito (...) informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração”. Essas Informações estão detalhadas a seguir:

1. Interesse Público Subjacente às Atividades Empresariais

O BANESTES tem como principal função gerar valor por meio de atividades bancárias, contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável do Estado do Espírito Santo, colaborando com a democratização do crédito e a inclusão financeira local.

Foi criado com a finalidade de manter uma carteira de crédito agrícola a juros razoáveis, destinada a promover o fomento e o desenvolvimento das culturas, a auxiliar no custeio das safras e a proporcionar convenientes recursos à produção.

O Banco tem por objeto a prática de operações bancárias em geral. Dessa forma, continua observando o interesse público que justificou sua criação.

Informações adicionais sobre o histórico do Banestes e seus principais produtos e serviços podem ser encontrados nas seções 6 e 7 do Formulário de Referência (disponível em banestes.com.br/ri > Destaques > Formulário de Referência).

2. Políticas Públicas e Metas Relativas ao Desenvolvimento de Atividades que Atendam aos Objetivos de Políticas Públicas

O foco do BANESTES em atividades de interesse público se expandiu ao longo do tempo. Além do crédito rural, hoje também atua no financiamento para investimentos, no microcrédito, no crédito imobiliário, no comércio exterior e em operações de livre iniciativa.

2.1. Crédito Rural

O BANESTES mantém uma relação de parceria integrada com o produtor, facilitando o acesso às melhores linhas de crédito para o financiamento de sua produção e oportunizando o fortalecimento da economia rural do Estado do Espírito Santo.

Em consonância com a Lei que autorizou sua criação, bem como com o objeto social previsto em seu Estatuto, reforça-se o compromisso do Banco com o desenvolvimento sustentável local e com seu papel na melhoria da produtividade e da competitividade do agronegócio no Estado.

Desde janeiro de 2003, já foram investidos R\$ 2,3 bilhões na agricultura do Estado do Espírito Santo, somando 77.960 produtores atendidos. A carteira de financiamento rural encerrou o exercício de 2018 com o saldo de R\$ 200 milhões distribuídos em 4,32 mil contratos. Para o plano de crédito rural do ano agrícola 2018/2019, a expectativa do estoque dos recursos aplicados gira em torno de R\$ 230 milhões.

Destaca-se a destinação de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o qual beneficia unidades familiares de produção rural e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP), direcionado a produtores rurais que possuem renda agropecuária bruta anual de até R\$ 2 milhões. Além disso, cafeicultores e suas cooperativas de produção agropecuária, bem como empresas de torrefação de café, contam com as linhas de financiamento para o custeio da safra e com a modalidade capital de giro para a indústria, com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ), repassados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Os programas PRONAF e PRONAMP financiam atividades relacionadas às despesas nos ciclos de produção agrícolas e pecuárias, com previsão de continuidade para os próximos exercícios. As contratações com recursos do FUNCAFÉ também estão sendo executadas, porém dependem do repasse pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para os exercícios futuros.

2.2. Crédito para Investimento e Desenvolvimento

O BANESTES atua com o propósito de apoiar as atividades empresariais e suas necessidades de investimentos por meio de suas linhas de repasses com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), financiando, em longo prazo, a realização de iniciativas em diversos segmentos da economia, no âmbito social, regional e ambiental, contribuindo para a melhoria da competitividade da economia capixaba e para a elevação da qualidade de vida de sua população.

Agente credenciado de repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o BANESTES tem como propósito o apoio às atividades empresariais e suas necessidades de investimentos. Em 2018, o saldo de recursos aplicados atingiu R\$ 93,5 milhões, destinados prioritariamente a financiamentos de projetos de investimento, aquisições de máquinas e equipamentos e capital de giro.

A partir da habilitação do BANESTES como Banco Emissor de Cartões BNDES, até dezembro de 2018, foram concedidos aproximadamente R\$ 87 milhões em limites de créditos pré-aprovados.

2.3. Microcrédito

O BANESTES é o agente financeiro exclusivo do Programa de Microcrédito do Governo do Estado do Espírito Santo, denominado Nossocrédito, promovendo inclusão social, geração de emprego, renda e desenvolvimento local por meio de suas linhas de microcrédito, operadas em consonância com o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO). O PNMPO foi criado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com o objetivo de apoiar e financiar atividades produtivas de empreendedores, principalmente por meio da disponibilização de recursos para o microcrédito produtivo orientado. O Banco está operando no exercício em curso, com previsão de continuidade e manutenção da carteira ativa de Microcrédito para os próximos exercícios sociais.

Em 2018, a carteira de microcrédito BANESTES atingiu a marca de 12 mil contratos ativos, resultando em saldo de carteira de R\$ 56 milhões. No exercício, foram concedidos mais de R\$ 47 milhões em microcrédito, atendendo mais de 6 mil microempreendedores. Com quase 16 anos de história, o Programa Nossocrédito já promoveu análise e deferimento de aproximadamente 148 mil operações, que totalizam cerca de R\$ 727 milhões em crédito aprovado em todo o estado do Espírito Santo.

2.4. Crédito Imobiliário

O BANESTES retomou as operações de crédito imobiliário em 2011, realizando operações com a utilização dos recursos direcionados dos depósitos de poupança no Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Inicialmente, as contratações eram voltadas para o financiamento de imóveis residenciais para pessoas físicas, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), observando, nesse sistema, limites legais de aplicação de taxa de juros e valores de imóveis para financiamento.

Gradativamente, o Banco foi ampliando sua carteira de produtos com a utilização dos recursos no SBPE, passando a conceder financiamento para aquisição de imóveis residenciais fora do SFH, com valores de avaliação maiores, e para outros tipos de bens, como terrenos e imóveis empresariais. Com esses bens, o BANESTES iniciou a concessão de crédito para pessoas jurídicas e, recentemente, passou a direcionar recursos para construção de imóveis no Plano Empresário.

Em 2018, a carteira de crédito imobiliário atingiu a cifra de R\$ 427 milhões, com liberação anual de R\$ 96,7 milhões em 449 contratos.

2.5. Crédito para Comércio Exterior

O BANESTES é instituição financeira autorizada a operar no mercado de câmbio desde 1975 e, desde então, apoia o desenvolvimento do comércio exterior do Estado do Espírito Santo por meio da prestação de serviços e do financiamento às empresas que possuem como atividade econômica principal a exportação e a importação de mercadorias e serviços. O financiamento à matriz de exportação capixaba é fundamental, pois existem mercadorias dolarizadas que possuem um longo ciclo operacional e que exigem do exportador desembolsos iniciais elevados, como o mármore e granito. Nesse contexto, o

financiamento à exportação por meio do Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) representa o principal instrumento usado pelo exportador local para financiar sua necessidade adicional de capital de giro e para se proteger da variação cambial incidente entre o dia do fechamento do negócio e o dia em que a exportação efetivamente ocorrerá.

O financiamento à importação também é fundamental, pois possibilita ao importador de bens de capital de alto valor agregado trazer máquinas altamente tecnológicas produzidas no exterior para o Espírito Santo, as quais agregam valor ao produto exportado e contribuem para o aumento da competitividade da produção local. Esse financiamento também é bastante utilizado por importadores que operam na modalidade de encomenda, os quais, por força de lei, não podem se utilizar de nenhum recurso do encomendante para a importação, que, na maior parte das vezes, requer que o pagamento ocorra de forma antecipada, ocasionando descasamento do fluxo de caixa do importador.

Em 2018, o BANESTES registrou US\$ 174 milhões em operações de exportação e US\$ 79 milhões em operações de importação, realizados a partir de 7.670 operações. As transferências do exterior e para o exterior totalizaram US\$ 13 milhões e US\$ 29 milhões, respectivamente. No mercado interbancário, entre operações de compra e venda, o BANESTES movimentou US\$ 257 milhões. No contexto geral, deu curso a 13.267 operações no mercado de câmbio, as quais totalizaram um volume financeiro de US\$ 552 milhões.

2.6. Livre Iniciativa

O BANESTES possui papel fundamental junto à sustentabilidade empresarial da economia do Espírito Santo, participando ativamente no financiamento do consumo, da produção e do investimento local, apoiando de forma segura e rentável o processo de democratização do crédito e inclusão financeira. Em 2018, sua carteira comercial atingiu R\$ 4,1 bilhões e, no conceito ampliado, somou R\$ 5,9 bilhões. No meio corporativo, os recursos e concessões, na sua maioria absoluta, são destinados a micro, pequenas e médias empresas.

Outro papel importante no contexto de políticas públicas é a parceria entre o Banco, o Governo Estadual e as Municipalidades, uma vez que, por meio de convênios,

operacionaliza o processamento de folha de pagamentos de fornecedores, bem como de servidores e empregados públicos da administração direta e indireta; realiza o recolhimento de tributos, impostos e repasses; e mantém um portfólio de soluções financeiras e serviços para melhorar e avançar a gestão pública.

Informações adicionais sobre o histórico do Banestes e seus principais produtos e serviços podem ser encontrados nas seções 7.2 e 7.3 do Formulário de Referência (disponível em banestes.com.br/ri > Destaques > Formulário de Referência).

3. Impostos, Contribuições e Encargos Sociais

Com uma ampla e diversificada operação, face suas atividades segmentadas no setor financeiro que engloba os negócios das carteiras de banco múltiplo, da gestão de ativos que opera com as atividades de gestão de fundos do SFB e das atividades de administração e intermediação de títulos e valores mobiliários; e no setor de seguros que envolvem as atividades de administração e intermediação de seguros e previdência, além da comercialização de títulos de capitalização e planos odontológicos, o BANESTES gera, aos cofres públicos, recursos advindos de impostos, contribuições e encargos sociais.

Em 2018, o montante pago ou provisionado atingiu R\$ 248 milhões (+22,6%). Desse montante, R\$ 177 milhões foram recolhidos aos cofres públicos federal e estadual em forma de impostos e contribuições, refletindo a magnitude e a importância das operações desenvolvidas pela instituição. Os outros R\$ 71 milhões referem-se aos encargos sociais sobre a folha de pagamentos.

4. Recursos para Custeio das Políticas Públicas

O BANESTES mantém o compromisso com a democratização do crédito e a inclusão social por meio de suas linhas de microcrédito do Programa Nossocrédito. As operações são originadas de recursos dos depósitos à vista e de recursos de repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

As aplicações previstas para crédito rural têm, como forma de financiamento, os recursos de: (i) exigibilidade - intitulados como Recursos Obrigatórios (RO) provenientes dos depósitos à vista do setor público e privado; (ii) repasse do Ministério da Agricultura e

Pecuária (MAPA) por meio do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ) - a origem de recurso desse fundo depende do quanto é consignado no Orçamento Geral da União (OGU) para cada modalidade de café; e (iii) próprios do Banco.

Em relação à atuação em programas agropecuários da União, direcionam-se os recursos obrigatórios ao PRONAF e PRONAMP.

As operações de crédito para investimentos e desenvolvimento são originadas por repasses junto ao BNDES, face à participação do Banco como agente financeiro credenciado.

Para o crédito imobiliário, o financiamento é proveniente das operações no Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE), com a utilização dos recursos da destinação obrigatória dos depósitos de poupança.

O financiamento utilizado à exportação e à importação é externo, oriundo de bancos situados na Alemanha e nos Estados Unidos. Devido à origem dos recursos, os custos envolvidos na transação são menores do que o indicador de custo de crédito (ICC) do Brasil, publicado pelo Banco Central do Brasil mensalmente.

5. Impactos Econômico-Financeiros da Operacionalização das Políticas Públicas

Não foi realizada análise de impacto financeiro das políticas públicas, uma vez que, para subsidiar suas atividades de fomento, o BANESTES conta, principalmente, com repasses governamentais e aplicações de recursos obrigatórios, agindo como intermediador e facilitando o acesso a essas linhas de crédito.

6. Comentário dos Administradores sobre o Desempenho

Os Diretores do BANESTES S.A., na forma da instrução CVM 480/09, fornecem aos investidores, na seção 10 do Formulário de Referência, sua visão geral dos negócios do emissor e dos fatores subjacentes ao resultado de suas operações durante o período coberto pelas Demonstrações Financeiras de 2016, 2017 e 2018, inclusive no que diz respeito às principais tendências e aos principais fatores que possam afetar o desenvolvimento futuro da entidade, declarando que as informações são verdadeiras,

completas e consistentes. Confirmam, ainda, que a instituição possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para assegurar o cumprimento de suas obrigações e a expansão dos negócios em sua totalidade, e fundamentam essa análise nas informações das três últimas demonstrações contábeis de encerramento do exercício social.

Os comentários detalhados dos administradores sobre o desempenho do BANESTES podem ser encontrados na seção 10 do Formulário de Referência disponível nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e do BANESTES (www.banestes.com.br/ri).

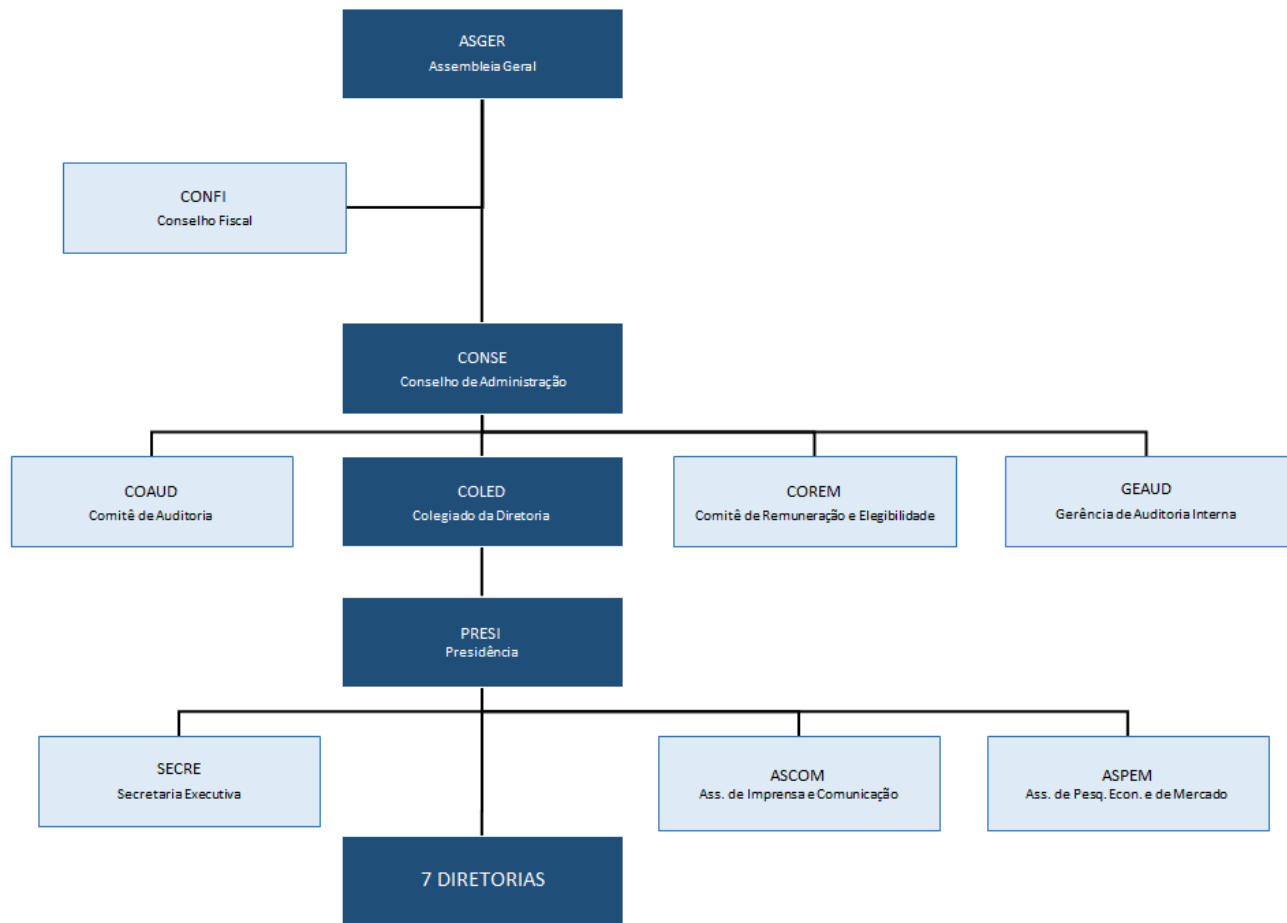
7. Estrutura de Controle Interno e Gerenciamento de Risco

O BANESTES mantém constantemente o aprimoramento de sua gestão de riscos por meio de controles eficazes que buscam identificar, avaliar e mitigar riscos intrínsecos às atividades bancárias, de modo a otimizar o capital dos *stakeholders* com a melhor relação risco/retorno. Possui uma Diretoria específica de gestão de riscos e controles internos, subordinada diretamente ao Diretor Presidente e às unidades específicas de gestão de riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e socioambiental, bem como de avaliação dos riscos econômicos e financeiros dos clientes e das operações.

O Sistema Financeiro BANESTES possui estrutura de governança corporativa composta por Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Auditoria Independente, Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração e Elegibilidade e Auditoria Interna. Também possui outros comitês estratégicos que auxiliam a Administração na condução de seus negócios.

Os principais comitês estratégicos são: Comitê de Análise de Crédito, Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, Comitê de Mercado e Comitê de Precificação de Ativos.

A seguir, é apresentada a sua Estrutura de Governança Corporativa:



7.1. Código de Ética

O BANESTES possui um Guia de Conduta Ética, formalmente aprovado em 04 de outubro de 2004 e atualizado em 2016, aplicável a diretores, membros dos conselhos de administração e fiscal, membros dos órgãos técnicos consultivos, empregados, estagiários e prestadores de serviço.

Os princípios éticos dispostos no Guia são: 1) Probidade; 2) Prudência; 3) Idoneidade; 4) Temperança; 5) Respeito; 6) Responsabilidade; 7) Lealdade; 8) Aptidão; 9) Capacitação; 10) Legalidade; 11) Transparência; 12) Discrição; 13) Sigilo; 14) Hierarquia; 15) Igualdade de tratamento; 16) Exercício adequado do cargo ou função; 17) Uso apropriado do tempo de trabalho; 18) Zelo; 19) Cooperação; 20) Tolerância; 21) Liberdade de expressão; e 22) Administração financeira pessoal.

Entre as condutas inapropriadas, encontram-se: 1) Assédio (assédio moral, assédio sexual, *bullying* e *cyberbullying*); 2) Conflito de interesse; 3) Nepotismo ou favoritismo; e 4) Incompatibilidade de atividades.

Também há disposição no Guia de Conduta Ética referente aos princípios de condutas ao relacionar-se com os diversos setores da sociedade, existindo orientações para tratar dos relacionamentos com clientes, comunidade, acionistas, fornecedores, prestadores de serviços e agentes públicos nacionais ou estrangeiros, concorrentes, setor público, mídia, Associações, Entidades de Classe e Institutos de Defesa do Consumidor. Além disso, também constam orientações para o relacionamento via internet, intranet, correio eletrônico e redes sociais.

Como principal responsável pela gestão do Guia de Conduta Ética, o Conselho de Conduta Ética possui um papel preventivo e orientador que visa harmonizar as posturas individuais e coletivas. Além dessa função, o Conselho de Ética é o órgão que apurará condutas que possam ter violado princípios éticos dispostos no Guia, podendo ser acionado mediante os seguintes canais:

- a) via e-mail, por meio do correio eletrônico etica@banestes.com.br;
- b) por escrito, encaminhando a correspondência para um dos membros do Conselho;
- c) por meio do canal "Fale com o Conselho", disponível na intranet (garantido, nessa comunicação, o anonimato);
- d) por meio do canal de denúncias disponível no site do Banestes (garantido, nessa comunicação, o anonimato), no link: <https://www.banestes.com.br/netib/FaleComite>; ou
- e) pessoalmente, agendando reunião com os membros do Conselho de Ética.

Ademais, o Conselho de Conduta Ética promove ações junto aos empregados para divulgação dos princípios dispostos no Guia de Conduta Ética da Instituição, incentivando a leitura e buscando a reflexão sobre ética empresarial e princípios éticos.

Em 2018 foram realizadas três palestras/treinamentos direcionadas aos colaboradores da Instituição com temas sobre ética empresarial, integridade e assuntos afins. Também foram encaminhados seis textos para todos os empregados da Instituição, a fim de conhecerem melhor o Guia e o que ele prevê (projeto "Você conhece o Guia de Conduta Ética?"), com destaque a cada e-mail para uma ou algumas partes importantes do Guia.

Cabe relevar que, até dezembro de 2018, o Conselho de Conduta Ética já publicou 35 textos no jornal "Banestes Notícias", disponível para todos os empregados, entre os quais há conteúdo sobre empatia, relacionamento interpessoal, tolerância, mudanças, autoconhecimento, liderança, inteligência emocional e respeito. Ainda, o Conselho de Conduta Ética possui espaço na intranet, no qual são publicados textos para leitura, funcionando também como canal de denúncias e de comunicação por meio do qual os profissionais podem enviar perguntas e sugestões ao Conselho.

As sanções aplicáveis na hipótese de violação do código ou de outras normas relativas ao assunto estão previstas no Manual Interno de Recursos Humanos (MIREH), e estão disponíveis em: http://www.banestes.com.br/institucional/pdf/guia_de_conduta_etica.pdf

7.2. Canal de Denúncia

O Banco dispõe de um canal interno e externo que recebe denúncias de atos ilícitos, fraudes e práticas contrárias ao seu Guia de Conduta Ética, e de atos que envolvam as empresas que compõe o Sistema Financeiro BANESTES. O acesso ao Formulário de Comunicação pode ser realizado por meio dos sítios do emissor (<https://www.banestes.com.br/netib/FaleComite>) e de suas controladas, e está disponível tanto para empregados do Sistema como também para terceiros, podendo o denunciante optar pelo anonimato.

As denúncias relacionadas a atos ilícitos e fraudes são tratadas pelo Comitê de Auditoria que, dentre suas atribuições, estabelece e divulga procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis ao emissor ou às empresas controladas, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação, conforme previsão em regimento interno. Já as denúncias referentes às práticas contrárias ao Guia de Conduta Ética, são apuradas pelo Conselho de Conduta Ética.

A descrição completa da estrutura de controles internos do Banco, da política de gerenciamento de risco e de outras informações referentes ao seu Código de Ética estão disponíveis, respectivamente, nos itens 5.1 e 5.4 do Formulário de Referência, disponível nos

sítios da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e do BANESTES (www.banestes.com.br/ri).

8. Fatores de Risco

O BANESTES ressalta, aos possíveis investidores de seus títulos e valores mobiliários, a necessidade de avaliarem cuidadosamente os riscos que podem influenciar a decisão do investimento. Na seção 4.1 do Formulário de Referência, o Banco apresenta seus principais fatores de risco, em especial aqueles relacionados ao emissor e ao seu controlador, às suas controladas e coligadas, aos seus fornecedores, aos seus clientes, aos setores da economia nos quais atua, à sua respectiva regulação, e questões socioambientais.

Adicionalmente, em seu site de RI, a Companhia destaca os principais fatores que podem afetar o seu modelo de negócios e os seus resultados (disponível em http://banestes.com.br/ri/ri_companhia_modelo.html).

Outras informações podem ser obtidas na seção 4 do Formulário de Referência, disponível nos sítios da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e do BANESTES (www.banestes.com.br/ri).

9. Remuneração dos Administradores

Os objetivos da política de remuneração dos administradores do BANESTES são recompensar, de forma justa e compatível com o mercado local, profissionais experientes e capazes de executar gestão competente do Banco, bem como de possibilitar a atração desses profissionais sempre que indicados e eleitos pela Assembleia de Acionistas para o exercício desses cargos.

A remuneração fixa visa à recompensa pelo exercício das responsabilidades previstas nas atribuições de cada administrador, enquanto a remuneração variável, aplicada de acordo com mesmas regras aprovadas para todos os empregados em Convenção e Acordo Coletivos de Trabalho (CCT nacional e ACT específico) dos bancários, tem por objetivo proporcionar uma parcela extra à medida que os resultados financeiros da instituição sejam alcançados.

A remuneração dos diretores, dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é estabelecida em Assembleia Geral Ordinária (AGO), com validade de um ano e previsão de reajuste pela aplicação do mesmo índice de correção concedido aos empregados por ocasião da assinatura da CCT nacional dos bancários, pela FENABAN. Os honorários dos diretores são corrigidos a partir de setembro do ano em curso, mesma data em que os salários dos empregados, enquanto os honorários dos conselheiros são corrigidos em maio do ano seguinte, após aprovação na AGO.

O BANESTES não tem uma política de remuneração formalmente aprovada, adotando apenas a prática de apresentação anual da proposta de remuneração para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

A prática de remuneração dos administradores pode ser encontrada, na íntegra, na seção 13 do Formulário de Referência, que está disponível nos sítios da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e do BANESTES (www.banestes.com.br/ri).

10. Composição Acionária

O BANESTES é uma sociedade de economia mista, cujo acionista controlador é o Estado do Espírito Santo (92,37%).



Acionistas	ON	PN	TOTAL	%
Estado do Espírito Santo	213.626.129	78.167.400	291.793.529	92,37
Demais Acionistas	17.729.331	6.390.000	24.119.331	7,63
Total	231.355.460	84.557.400	315.912.860	100,00

Manifestação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do BANESTES S.A. declara que aprovou, nesta data, a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, relativa ao exercício de 2018, em consonância com o inciso I e VIII do art. 8º da Lei nº 13.303/16.

Em 24 de junho de 2019

Andreia Pereira Carvalho

Estanislau Kostka Stein

João Felício Scárdua

Marcos Antonio Bragatto

Michel Neves Sarkis

Nilson Elias Tristão

Pedro Marcelo Cezar Guimarães

Réveles Belarmino dos Santos

Sérgio Pereira Ricardo